

BC reforça segurança em contas de instituições no sistema de pagamento



As instituições financeiras terão novos recursos para agirem em caso de suspeitas de fraude ou de ataque hacker. O Banco Central (BC) anunciou nesta terça-feira (24) novas medidas para aumentar a segurança e melhorar a gestão da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI), usada por bancos e demais instituições para liquidar transações em tempo real.

As medidas ocorrem dois dias após um ataque hacker desviar cerca de R\$ 100 milhões do Banco BTG Pactual por meio da Conta PI da instituição. O BC, no entanto, nega que o reforço na segurança decorra do incidente e informa que as mudanças integram uma nova etapa de melhorias no Agenda BC, que pretende modernizar o sistema de pagamentos no país.

A nova fase amplia ferramentas de monitoramento e reação a riscos operacionais e fraudes, com foco nas contas utilizadas no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI).

A Conta PI é mantida pelas instituições no Banco Central para viabilizar liquidações instantâneas. O controle adequado desses recursos é essencial para garantir o funcionamento contínuo e seguro do sistema de pagamentos.

As novas medidas incluem: Limite mínimo de saldo operacional; Bloqueio automático da conta; Canal alternativo para consulta de extrato.

Com o limite mínimo, as instituições podem definir um valor abaixo do qual novas transações não serão autorizadas. A medida funciona como um “piso de segurança” para evitar perdas em caso de falhas ou irregularidades.

Se o saldo atingir o limite mínimo e a função estiver ativada, a conta será bloqueada automaticamente para novas operações, até que a instituição faça o desbloqueio manual.

Outra novidade é a criação de um canal alternativo para consulta de extratos, permitindo o acompanhamento das movimentações mesmo em caso de falhas de acesso à rede do sistema financeiro. Desde 2025, estão disponíveis funcionalidades como: Monitoramento de saldo em tempo real; Alertas automáticos de risco; Bloqueio e desbloqueio manual.

Segundo o Banco Central, as medidas buscam reforçar a segurança operacional, proteger recursos das instituições e aumentar a confiança no sistema financeiro. A autoridade monetária informou que as mudanças também pretendem ampliar a capacidade de adaptação do ambiente de pagamentos instantâneos no Brasil.